

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:	Correio Braniliense	Class.:	69	
Data:	08/01/94	Pg.:	62	

Reserva extrativista pode ser criada no AM

Manaus — O Conselho Nacional dos Seringueiros está coordenando a criação da primeira reserva extrativista do estado do Amazonas, localizada na região do médio Juruá. Com uma área estimada em 600 mil hectares, a futura reserva possui, além de 300 famílias agrupadas em nove comunidades, várias famílias isoladas, que vivem de pesca e pequeno extrativismo. A madeira é hoje o principal produto de comercialização, depois da queda da produção e preço da borracha no mercado.

Para subsidiar os ribeirinhos interessados na criação da reserva, o Conselho Nacional dos Seringueiros vai avaliar os relatórios sócio-econômico e botânico da região, que estão sendo preparados pela entidade francesa de fomento à pesquisa Osthon, lotada no Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). A entidade vem executando trabalhos conveniados com o Inpa.

Os ribeirinhos do município de

Carauari, localizado na região, estiveram reunidos com 80 representantes das nove comunidades, discutindo as mudanças ocorridas entre os habitantes, que há várias décadas ocupam a área, além da necessidade de requerer a área para a formação da reserva.

Com uma economia de subsistência à base de peixe, que já está superexplorada pelos barcos pesqueiros, os ribeirinhos vivem da pequena agricultura e da troca de madeira por produto manufaturado. A região é rica também em frutas, algumas ainda quase desconhecidas, mas que podem ter bom potencial de comercialização na região e no resto do País.

Dez por cento da área estimada da reserva pertencem hoje à empresa Maginco (multinacional japonesa), que comprou o seringal Pupunha. A empresa obteve a aprovação de seu plano de manejo junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para o reflorestamento com madeira de lei.

Amazônia tem propostas de cientistas

Os problemas da Amazônia não podem ser solucionados com paradigmas adotados em outras regiões do Brasil ou em outra parte do mundo. As peculiaridades regionais exigem soluções específicas que não devem ser adotadas apressadamente e sem participação responsável do homem amazônico. A afirmação é do documento final aprovado no 1º Simpósio Internacional de Química da Amazônia, realizado em Manaus, numa promoção da Associação Brasileira de Química (ABQ) e com organização da Universidade de Brasília.

O professor Lauro Morhy, decano de Pesquisa e pós-Graduação da UnB e um dos coordenadores da reunião, afirmou que o simpósio teve uma grande importância política, pois marcou a presença da pesquisa científica brasileira na Amazônia. Ao mesmo tempo, foi possível aos pesquisadores brasileiros definirem propostas de cooperação com cientistas de países amazônicos e de outras partes do mundo.

O relatório final do simpósio, assinala, ainda, trouxe "importantes contribuições ao debate da problemática da Amazônia, especialmente quanto a aspectos das atividades no campo da Química, diante da biodiversidade e necessidade da região e a esforços para uma política de autosustentação". Uma das recomendações aprovadas em Manaus estabelece a necessidade de cooperação entre instituições para realização de pesquisas químicas na Amazônia. Os cientistas aprovaram ainda moção no sentido de que a exploração do potencial químico da região deve contribuir para diminuir a velocidade da destruição da floresta amazônica.